

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

CIDADE DO SABER: FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL?

**São Francisco do Conde
2015**

**Edvaldo Conceição de Menezes
Jaílce Sobral de Andrade Silva
Juliano Vieira Mira
Paulo Roberto Sento Sé do Nascimento
Roberto César de Farias Santana**

CIDADE DO SABER: FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal à Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Fábria Barbosa Ribeiro.

**São Francisco do Conde
2015**

CIDADE DO SABER: FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL?¹

Edvaldo Conceição de Menezes²

Jaílce Sobral de Andrade Silva²

Juliano Vieira Mira²

Paulo Roberto Sento Sé do Nascimento²

Roberto César de Farias Santana²

Fábia Barbosa Ribeiro³

RESUMO

As Organizações Sociais são ferramentas fundamentais, dentro de um contexto de alta vulnerabilidade social, para a prestação de serviços de interesse da comunidade. Este modelo de parceria entre o Estado e a sociedade, possibilita os resultados necessários para o atingimento dos objetivos das políticas públicas, por conseguinte, se tornando atores imprescindíveis para a busca do bem comum, atuando em diversos setores da comunidade, levando à inclusão social. O objetivo geral desse trabalho é analisar a amplitude da inclusão social, provocada pelas políticas públicas realizadas pelo Instituto Professor Raimundo Pinheiro através do programa Cidade do Saber na sua área de abrangência, refletir como as ações do Projeto Cidade do Saber interferem no desenvolvimento social das comunidades envolvidas e subsidiar a Prefeitura Municipal de Camaçari, de informações, que possam contribuir para uma melhor eficiência, eficácia e efetividade das diversas atividades desenvolvidas. Trata-se de uma revisão bibliográfica onde foram selecionados artigos que abordam a temática sobre a inclusão social, através das políticas públicas, decorrentes das Organizações Sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Organização Social, Exclusão Social, Inclusão Social.

ABSTRACT

Social organizations are key tools within a context of high social vulnerability, for the provision of community interest services. This model of partnership between the state and society provides the results needed to achieve the objectives of public policy, therefore, becoming indispensable actors for the pursuit of the common good, working in various sectors of the community, leading to social inclusion. The aim of this study is to analyze the extent of social inclusion, caused by public policies carried out by the Institute Professor Raimundo Pinheiro through the Cidade do Saber program in their area, consider how the actions of the Cidade do Saber Project interfere with social development of communities involved and support the Municipality of Camaçari, information that can help to improve efficiency, efficacy and effectiveness of the various activities carried out. This is literature reviews in which articles were selected that address the issue of social inclusion, through public policies, resulting from social organizations.

KEYWORDS: Public Policy, Social Organization, Social Inclusion, Social Exclusion.

¹ Trabalho apresentado no Curso Especialização em Gestão Pública Municipal

² Pós - graduandos em Gestão Pública Municipal – UNILAB

³ Prof.^a Dr.^a orientadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 O município de Camaçari e a Cidade do Saber.....	6
2.2 Exclusão e inclusão social.....	11
2.2.1 Educação como promotora da inclusão social.....	14
2.3 As políticas públicas e suas limitações.....	15
3 METODOLOGIA.....	22
4 CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Brasil vem se consolidando como referência mundial no combate à pobreza e redução das desigualdades. O fortalecimento do salário mínimo, a geração considerada de empregos, impacta sobremaneira na economia cada vez mais inclusiva e consequentemente na ascensão social dos mais vulneráveis.

Segundo o Índice de Progresso Social, publicado na Folha de São Paulo em 03/04/2014, o Brasil aparece apenas na 46ª posição em um ranking de 132 países em desenvolvimento social, no entanto, lidera entre os países que compõem o Brics. Isto é reflexo da realidade social do país, que vem transformando-se gradativamente de forma consistente nesses últimos anos. A receita? Segundo Fagnani (2011), devem existir alguns fatores essenciais como: estabilidade, crescimento econômico, elevação do emprego e renda e inclusão social, elementos precípuos para a elevação do bem-estar da sociedade.

Este projeto de pesquisa busca esclarecer, dentro do universo do município de Camaçari, o impacto social alcançado pelo equipamento público chamado "Cidade do Saber" e, se as políticas públicas por ele desenvolvidas promovem inclusão social, sobretudo, da população mais carente, já que segundo os dados do último Censo Demográfico realizado (2010), Camaçari conta com o total de 242.970 habitantes (quarta mais populosa do Estado) distribuídos com 73.982 famílias, sendo que destas 8.390 ou não possuem rendimentos nominal mensal *per capita* (5.373) ou possuem rendimento de 1 a 70 reais (3.017), neste contexto possui um Índice de Desenvolvimento Municipal de 0,694, a economia do município é quase totalmente baseada no polo industrial de Camaçari, inaugurado em 1978 e em atividade até os dias atuais. Na área da cultura, destaca-se justamente a Cidade do Saber, pois promove diversos eventos movimentando o calendário com exposições, concertos, espetáculos de dança e teatro, competições esportivas.

A instituição, inaugurada em março de 2007, mantém uma orquestra pró-sinfônica e uma companhia de balé, somadas às atividades oferecidas de educação não formal a crianças e adultos, como música, teatro, dança (em parceria com a Escola Baiana de Ballet - Ebateca), artesanato, artes plásticas, judô, caratê, natação, ginástica rítmica, hidroginástica, futebol,

cursos de inglês e espanhol (em parceria com as Escolas Fisk), hidroginástica. São 10 mil alunos nessas atividades, e mais 40 mil pessoas que circulam anualmente no complexo. Mantido anualmente pela Prefeitura, além de receber recursos da Petroquímica Braskem e do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari- Cofic, é administrado pelo Instituto Professor Raimundo Pinheiro funcionando com cerca de 300 colaboradores. A estrutura de 22 mil metros quadrados é composta por dois prédios com salas de aula distribuídas em três pavimentos, o Teatro Cidade do Saber (segundo maior teatro da Bahia e público de 19 mil espectadores em 2014), o Museu Interativo de Química, Física e Mecânica (em parceria com a Braskem), ginásio de esportes e piscina semiolímpica, além de uma unidade móvel para oficinas de leitura e leitura de histórias que percorre áreas da zona rural. A importância se percebe também nos cinco prêmios de reconhecimento recebidos, dos quais três são internacionais.

Logo, buscou-se aprofundar os conhecimentos, relacionados com os conceitos de política pública, exclusão, inclusão e organização social no campo da assistência social. Analisou-se dentro deste contexto social, através de dados estatísticos e socioeconômicos, o posicionamento do município.

Sabemos que falar de política pública sem a compreensão de conceitos como exclusão, inclusão e desenvolvimento social é como construir uma casa sem alicerces, com paredes frágeis; então, para melhor fundamentar o projeto de pesquisa, além de dados estatísticos, debruçamos sobre obras e conceitos de mestres, doutrinadores e doutores deste campo.

Sob esta perspectiva, este projeto busca estabelecer relações entre política social desenvolvido pela Cidade do Saber e processo de inclusão desenvolvido no município nos últimos anos. Para tanto e, em primeiro lugar, se tornou indispensável apurar, através de dados estatísticos, os principais fatores do processo de desenvolvimento do município e condição de sua população quando concebido o equipamento e o impacto deste ao longo do tempo até os dias de hoje. Em seguida, procurou-se dar uma dimensão concreta do impacto desta política social, por fim, concluir a verdadeira dimensão social que o equipamento e a política imprimiram a cidade.

Desnudar uma realidade ainda obscura à cerca do verdadeiro papel do equipamento público e sua amplitude social garantirá uma visão de futuro abrindo novas perspectivas de sua dimensão e alcance, possibilitando que as políticas públicas ali executadas, possam ir além de suas paredes físicas, da retórica e contribua para a formação e propagação da cidadania.

Neste cenário, o trabalho tem como objetivo de estudo analisar a amplitude da inclusão social, provocado pelas políticas públicas realizadas pelo Instituto Professor Raimundo Pinheiro através do programa Cidade do Saber na sua área de abrangência, refletir como as ações do Projeto Cidade do Saber interferem no desenvolvimento social das comunidades envolvidas e subsidiar a Prefeitura Municipal de Camaçari, de informações, que possam contribuir para uma melhor eficiência, eficácia e efetividade das diversas atividades desenvolvidas.

Diante do exposto, surge a pergunta da pesquisa em questão: A Cidade do Saber é realmente uma ferramenta de inclusão social?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Município de Camaçari e a Cidade do Saber

Camaçari é um município localizado na região nordeste do Brasil, mais precisamente no Estado da Bahia, distante 41 km da capital (Salvador), inclusive fazendo parte da sua Região Metropolitana, sendo que, segundo dados da Prefeitura Municipal (2015), a sua história começa às margens do rio Joanes, com a criação pelos jesuítas João Gonçalves e Antônio Rodrigues, da Aldeia do Divino Espírito Santo. Sendo que logo após, foi instalada a

Companhia de Jesus, espaço reservado para catequização dos índios tupinambás que viviam na região.

A partir de 1624, a Aldeia do Divino Espírito Santo desempenhou um papel de importância na expulsão dos holandeses que chegaram à Bahia. Neste período, com a liderança do Bispo D. Marcos Teixeira, diversas autoridades foram recebidas na vila e organizaram as tropas de resistência, junto com os índios, expulsando os invasores, um ano depois.

No dia 28 de setembro de 1758, Camaçari foi emancipada por meio de decreto do Marquês de Pombal, que mudou o nome do povoado para Vila de Nova Abrantes do Espírito Santo, expulsando os jesuítas que moravam na região. Logo depois, mudou de nome para apenas Vila de Abrantes. Os registros iniciais apontavam 544 casas e 1.200 habitantes. Devido à ausência de liderança jesuítica, a vila teve a sede modificada para o arraial de Parafuso, porém esta mudança não foi efetivada, retornando de novo para Abrantes.

Neste período, as terras que faziam parte do município eram de propriedade do Desembargador Tomaz Garcez Paranhos Montenegro, que com sua influência política, conseguiu trazer a estrada de ferro para suas terras em 1860, otimizando o crescimento da região. Porém, o distrito de Camaçari só foi criado em 1920, sendo desmembrado de Abrantes. Foi nesta época também, que a sede do município muda de Abrantes para Camaçari, que passa a ser vila, por ordem do governador Francisco Marquês de Góes Calmon. Depois de cinco anos, passa a se chamar Montenegro, em homenagem ao desembargador.

Finalmente, o município passa a se chamar Camaçari, através do decreto 10.724, de 30 de março de 1938. O nome primeiramente se escrevia Camassary por ter origem tupi-guarani, tendo o significado de árvore que chora, por causa das folhas que ficam cobertas de gotículas. Com o advento do documento, o município ficou sendo formado pela sede e os distritos de Vila de Abrantes, Monte Gordo e D'ávila, este último emancipado em 1985.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010), afirma com seu Boletim de Diagnóstico Socioterritorial que de acordo com o censo demográfico de 2010, a população do Município de Camaçari era igual a 242.970 habitantes, distribuídos com 95,47%

das pessoas residentes em área urbana e 4,53% em área rural. A estrutura demográfica apresentou mudanças entre 2000 e 2010, sendo identificado o aumento da população idosa que cresceu 7,74% em média ao ano. No ano de 2000, este grupo representava 4,2% da população municipal, passando em 2010 para 5,8%.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento positivo no período de 2000 a 2010, com média de 1,82% ao ano. Crianças e jovens detinham 32,2% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 52.132 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo diminuiu para 25,7% da população, totalizando 62.413 habitantes. Já a população da faixa etária entre 15 e 59 anos apresentou crescimento populacional em média de 4,93% ao ano, passando de 102.856 habitantes em 2000 para 166.350 em 2010, representando 68,5% da população municipal.

Em relação aos aspectos econômicos, o Diagnóstico Socioterritorial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, afirma que entre 2006 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município aumentou 18,4%, mudando de R\$ 9.529,4 milhões para R\$ 13.379,6 milhões. Porém o crescimento percentual foi inferior ao constatado no Estado que foi de 59,9%. Logo, a participação do PIB no município na composição do PIB estadual abaixou de 9,87% para 8,67% no período de 2006 a 2010.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação significativa do setor de Serviços, o qual representava 24,3% do PIB municipal. Valendo ressaltar, também, o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 61,5% em 2010 contra 57,8% em 2006. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 26,2% em 2006 para 26,6% em 2010.

Ainda de acordo com o Censo Demográfico de 2010, a taxa de extrema pobreza no município era de 31,18%. No Censo Demográfico de 2000 o percentual de moradores com 60 anos ou mais com renda per capita de até 25% do salário mínimo era de 10,2%, percentual que cresceu para 8,2% no Censo de 2010. No município, 1,5% da população tinha ao menos uma deficiência grave, dessas pessoas 1,7% tinha renda per capita de até 25% do salário mínimo.

Na área educacional, o Censo Demográfico demonstra uma taxa de analfabetismo de 7,4% das pessoas de 10 anos ou mais. Na área urbana, a taxa era de 6,9% enquanto na zona rural era de 18,4%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 4,7%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais no município é mais baixa do que a taxa do Estado. No que diz respeito à taxa de atendimento da rede educacional do município, não são atendidas: 79% das crianças de 0 a 3 anos, 16% das crianças de 4 a 5 anos e 3% das de 6 a 14 anos.

Conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, em 2012, a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental foi de 22,5% do 1º ao 5º ano e de 38,4% do 6º ao 9º ano. Quando comparadas às taxas da Região Nordeste e do Estado, as do município foram menores, porém maior que a do Brasil, portanto, a taxa de distorção idade-série no ensino médio do município foi superior às taxas do Estado, da Região e do Brasil.

O Censo de 2010, afirma que o percentual de pessoas de referência desempregadas de domicílios particulares permanentes no município é de 7,3%, sendo maior que o Estado (4,4%), a Região (3,7%) e o Brasil (3,0%). Em relação à população de 16 anos ou mais em situação de informalidade, o percentual observado foi de 22,8%, já a população de 10 a 13 anos ocupada, o percentual foi de 3,8%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 52,6% tinham carteira assinada, 22,1% não tinham carteira assinada, 19,1% atuam por conta própria e 1,1% de empregadores. Servidores públicos representavam 1,9% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 3,2% dos ocupados.

Neste contexto, dentro da população total do município de 242.970 habitantes, distribuídos em 73.982 famílias, 8.390 ou não possuem rendimento nominal mensal *per capita* (5.373) ou possuem rendimento de 1 a 70 reais (3.017), demonstrando um alto grau de vulnerabilidade social, retratando-se no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,694. Por conseguinte, este cenário requer a necessidade urgente de inclusão social, ou seja, um conjunto de meios e ações que combatam a exclusão aos benefícios da vida em sociedade,

oferecendo aos mais necessitados, oportunidades de acesso a bens e serviços dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas a uma pequena parte da população.

Com este intuito, o então prefeito do município de Camaçari, Luís Carlos Caetano, instituiu o programa social Cidade do Saber, juntamente, com a Organização Social denominada Instituto Professor Raimundo Pinheiro, através da celebração do Contrato de Gestão n.º 175/2007.

Fundado em dezembro de 2006, o Instituto Professor Raimundo Pinheiro, é uma entidade privada sem fins lucrativos, que atua na administração de serviços nas áreas da educação informal, com a finalidade de promover e fomentar o desenvolvimento social através da inclusão, promoção da cidadania e da qualidade de vida.

Inaugurada em 22 de março de 2007, a Cidade do Saber tem como mantenedores as Secretarias Municipais de Educação, Administração, Cultura e Esporte. Sua estrutura é composta por 22 mil metros quadrados, com dois prédios e salas de aula distribuídas em três pavimentos. O Programa é reconhecido como o mais importante centro de conhecimento e inclusão social do Estado da Bahia.

Segundo o Instituto Professor Raimundo Pinheiro (2015), a Cidade do Saber oferece um grande conjunto de serviços, gratuitamente, à população de Camaçari que inclui: atividades de cunho pedagógico, através de cursos e oficinas de arte e esporte; atividades culturais direcionadas para a formação de plateia, com extensa programação anual de espetáculos; atividades de desenvolvimento de talentos, artísticos e esportivos, mantendo e treinando equipes e grupos permanentes; e atividades de promoção da saúde, com atividades físicas, coletivas e orientadas. Além dessas atividades, a Cidade do Saber oferece espaços culturais interativos, como o Museu UNICA e o Memorial do Polo Petroquímico de Camaçari, que atendem, sob visita guiada, milhares de crianças e jovens a cada ano.

O complexo cultural-esportivo Cidade do Saber é composto de um teatro com capacidade para 568 lugares (o segundo maior da Bahia) e amplo foyer, um Centro de Eventos com quatro auditórios, um prédio para atividades pedagógicas com 32 salas de aula arte-educativas, um parque aquático com piscina semiolímpica, e quadra poliesportiva.

Apesar de ser um equipamento com instalações físicas na sede do município, a Cidade do Saber está hoje, também, presente em várias localidades da orla e zona rural. Entre os projetos que desenvolvem ações itinerantes está a Cidade do Saber nas Escolas, iniciativa viabilizada pela Secretaria da Educação de Camaçari, que leva a metodologia artístico-cultural da Instituição para as unidades públicas municipais de ensino, beneficiando milhares de crianças e jovens não residentes na sede. Outro exemplo é o projeto de criação de polos esportivos, onde os educadores atuarão com o intuito de estimular e potencializar a prática dentro das comunidades.

Frequentam os cursos e oficinas, a cada ano, mais de sete mil alunos, em mais de 50 atividades oferecidas. Já o Teatro Cidade do Saber recebe, a cada ano, cerca de 25mil espectadores.

Os projetos sociais promovidos nestes oito anos de existência geraram – além de melhores perspectivas de vida para os cidadãos camaçarienses – prêmios em reconhecimento pelo potencial transformador do trabalho inclusivo desenvolvido. São eles: Top Social Nacional - 2007 e Top Social Nacional-2008 (como a única instituição do norte/nordeste do país), Prêmio Orgulho de Camaçari-2008 (através de votação popular promovida por um dos mais acessados sites de notícias locais – Camaçari Notícias), Prêmio de Honra ao Mérito-2010 (concedido pela entidade italiana *Associazione Chiara per i Bambini del Mondo* que identifica entidades de cunho sócio inclusivo, com o intuito de ofertar, às mesmas, apoio e visibilidade internacional), Troféu Você e a Paz-2011 (criado pelo médium Divaldo Franco para destacar ações nacionais e internacionais em favor da não-violência e do bem-estar da sociedade), Prêmio Internacional de Justiça na Luta Contra Desigualdade Social-2013 (concedido pelas entidades internacionais): *Asociacion Brasileña Terra Nossa* (Asbrateno), *Fundación Europea para La Cooperación Norte-Sul* (Fecon) e Universidade Internacional de Andalucia, Comenda do Mérito Cultural-2014 (concedida pelo Governo da Bahia através da Secretaria de Cultura do Estado a entidades que contribuem para a valorização da cultura no Estado), Diploma do Mérito Cultural-2015 (honraria concedida à instituição durante o Polo Teatral – Festival de Teatro do Interior da Bahia, pelos relevantes serviços prestados na formação, produção, difusão e diálogo das Artes e Culturas com os cidadãos de Camaçari e região).

2.2 Exclusão e inclusão social

Como tantos outros conceitos nas ciências sociais, o da exclusão social, não apresenta um lugar comum, necessitando muitas vezes, de uma definição mais precisa,

[...] Também como outros ele é originalmente utilizado para superar as deficiências de conceitos correntes e seu mérito maior é agrupar os descontentes, dessa forma não apenas estabelecendo uma comunidade de interesse, mas, geralmente, referendando uma nova problemática de investigação. [...] optam por “exclusão” como o conceito que ajudaria a ir além da radiografia propiciada pelos diagnósticos de pobreza que constituíram por longo tempo o cânone (REIS e SCHWARTZMAN, p.5, 2002).

A exclusão social é realmente um fenômeno muito complexo e bastante discutido no âmbito das ciências humanas e sociais. O termo nos dias atuais, dado pela sociedade, é bastante recente, mas o sentimento que o conceito de exclusão exprime, historicamente já era bem conhecido pelas antigas sociedades e assume características próprias a cada período histórico, como por exemplo, o ostracismo ateniense ou do desterro em Roma, da condição de pária na sociedade hindu, ou do gueto, desde a idade média. A exclusão era fato e evento normal e aceitável, das sociedades antigas, sem nenhuma crise de consciência moral ou política.

Tem-se atribuído a René Lenoir, no livro *Les Exclus: um français sur dix* (Os excluídos: um em cada dez franceses), publicado em 1974, a origem mais contemporânea do termo exclusão social, mesmo a obra não contendo uma elaboração teórica.

Homem pragmático e sensível às questões sociais, cujas teses emanam do pensamento liberal e foram fortemente criticadas pela esquerda, teve, com sua obra, o mérito de suscitar o debate, alargando a reflexão em torno da concepção de exclusão, não mais como um fenômeno individual, mas social, cuja origem deveria ser buscada nos princípios mesmos do funcionamento das sociedades modernas. Dentre suas causas destacava o rápido e desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços. (MARIÂNGELA B. WANDERLEY, 1999).

O autor se aproxima do uso atual da noção de exclusão, demonstrando interesse maior pelas condições físico e mental, pelas pessoas idosas e outros inadaptados. Destacando entre as suas mais diversas causas, a desigualdade de renda, relacionando assim a pobreza e a exclusão social, já que a pobreza leva à exclusão social, ou seja, em regra geral, uma pessoa pobre é normalmente excluída da sociedade, mas isso nem sempre acontece.

O fenômeno da Exclusão é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo. Os Processos de exclusão são múltiplos e muitas vezes se inter cruzam, existindo também, valores e representações sociais, que acabam por excluir as pessoas. Desse modo, o excluído seria aquele que é rejeitado para fora dos nossos espaços, dos nossos mercados materiais e/ou simbólicos, para fora de nossos valores. (XIBERRAS, 1993)

Porém, nem todos concordam que exclusão social seja uma categoria explicativa de fenômenos sociais contemporâneos. A discussão maior que encontramos, nas observações de cada autor, é que o pensamento comum traz implícita uma visão dicotômica, ou seja, divide o todo em duas partes, com isso se perde, nas relações sociais envolvidas, a complexidade desse fenômeno.

A noção passou a ser criticada tanto pelos alegados limites em sua capacidade explicativa como em função do uso abusivo do termo. Sua contribuição é mais relevante no campo da ação pública do que no da pesquisa social. Exclusão social remeteria ao enfraquecimento da participação dos indivíduos nas redes sociais mais fundamentais do contexto em que vivem (...) enfraquecimento, mas não descarte, abandono, porque o excluído pertence ao sistema em relação ao qual ele tende a ser colocado à margem (ZIONI, 2006, p. 24).

De qualquer modo, problemas como o desemprego, pertencer a uma minoria étnica, ser portador de uma deficiência, ser um sem abrigo ou idoso, são fatores que podem levar as pessoas a serem excluídas da sociedade em que estão inseridas. Sendo assim, de acordo com Castel (2003), os excluídos podem se originar dos mais diversos meios sociais;

[...] a precariedade do emprego, a desestabilidade da sociedade salarial faz com que seja difícil a garantia de uma cobertura social estável, o que provocaria a criação de uma zona de turbulência social capaz de alimentar, constantemente – e em função de eventuais incidentes biográficos – a zona de desfiliação, de direitos precários.

Logo, os conceitos de exclusão e inclusão social destacam a forma pela qual os benefícios do desenvolvimento, as redes de interação social e a política são distribuídos de maneira desigual.

Processos excludentes produzem uma distribuição injusta de recursos e acessos desiguais a capacidades e direitos de: criar as condições necessárias para que todas as populações tenham e possam ir além das necessidades básicas; permitir sistemas sociais participativos e coesos; valorizar a diversidade; garantir a paz e os direitos humanos; e, sustentar sistemas ambientais (POPAY et al, 2008, p. 38).

Por conseguinte, segundo ainda o sociólogo Robert Castel, a exclusão social é um conjunto de problemas que levam ao isolamento/afastamento de uma pessoa da sociedade em que está inserida, ou de um determinado grupo.

“A exclusão social é o ponto máximo da marginalização sendo um processo em que o indivíduo se vai afastando progressivamente da sociedade, até ao isolamento total.”

No Brasil, a situação da exclusão social, segundo Dirce Koga (2011), realmente demonstra grandes desigualdades sociais, econômicas e políticas entre as classes sociais. Porém, quando representantes das classes mais excluídas provocam manifestações em oposição às situações expostas, através dos movimentos sociais, as lutas por conquistas de direitos e as manifestações de resistências, têm seus atos vistos como rebeldes, ou seja, são tratados como vândalos, revoltados, inconformados ou até bandidos. Logo, a classe pauperizada é facilmente estigmatizada, sempre possuindo relação com a violência ali exposta. Este tipo de segregação que se oriunda, orquestrado pela classe dominante no Brasil, possibilita ainda mais o aumento das desigualdades entre as classes.

Ainda de acordo com Dirce Koga (2011), outro fator que agrava esta realidade no Brasil, seria a cultura organizacional presente nos organismos governamentais, nos quais é comum encontrar a prevalência do aspecto relacional se sobrepondo ao aspecto racional. Dando margem às trocas de favores entre os interessados, indo de encontro à lógica da inclusão social que deve ser concebida de maneira ampla, não podendo haver limitações associadas, ou seja, todos devem fazer parte.

Dentro deste contexto, o esporte e a educação são preciosas ferramentas para o alcance da proteção social e resgate de crianças, adolescentes e adultos em situação de risco, pois este se ocupará com atividades prazerosas, no seu tempo ocioso. Uma educação sem qualidade, se constitui em uma agressão contra a cidadania, e conseqüentemente o esporte e a cultura devem ser favorecidos, pois facilitam o processo educativo.

2.2.1 Educação como promotora da inclusão social

A noção de exclusão social tem sido considerada imprecisa, como discutimos na parte anterior, e pode constituir um obstáculo às análises dos fenômenos sociais ao ocultar, por exemplo, o conceito de desigualdade social. Posto que, ela tem permeado políticas e projetos educacionais e discursos políticos que tratam do papel da escola na sociedade. Nestes casos, a escola é considerada um importante instrumento de inclusão social.

Durante a última década houve uma grande discussão, no Brasil, a respeito da educação escolar como promotora da inclusão social, através de políticas educacionais e de desenvolvimento, através de organismos internacionais que tratam a respeito da pobreza e movimentos realizados por organizações da sociedade civil.

Historicamente o Brasil nunca se preocupou com educação, revelando assim, que a sociedade Brasileira nunca a priorizou realmente. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE dos anos 1930 aos anos de 1950 gastávamos 1,5% do PIB na educação, sendo que 1/3, desse gasto, era para a universidade. Analisando esse gasto por aluno veremos o tamanho do abismo que criamos, com cada aluno do ensino fundamental gastávamos 10% do PIB per capita, com cada aluno do nível médio gastávamos 10 vezes mais e com os alunos do nível superior gastávamos 70 vezes mais em relação ao fundamental, ou seja, a cada R\$ 1,00 gasto no ensino fundamental gastava R\$ 70,00 para cada aluno na universidade. Passamos pela transição demográfica, a partir dos anos 1930, sem universalizar a educação fundamental, criamos uma armadilha em favor da pobreza e exclusão. Até a

década de 1950 de cada dez crianças sete estavam fora da escola, ou seja, jogávamos fora qualquer possibilidade de futuro para a maioria das crianças Brasileiras. A partir do final dos anos 1980, início dos 90, ocorreu uma mudança positiva, a escola passa a ser considerado um instrumento importante de inclusão social, na promoção do desenvolvimento socioeconômico e na formação cultural necessária às exigências da sociedade atual. Nessa virada, no pensamento vigente nestes últimos 50 anos, o Brasil passa a assumir a responsabilidade da educação, antes de tudo, tendo que oferecer uma educação universal, para todas as crianças, com dotação de recursos necessários e investir, incessantemente, na melhoria da formação dos docentes.

Segundo o Documento de Trabalho da XIII Conferencia Ibero-americana de Educação feito pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), a educação não pode sozinha resolver o problema da exclusão social das sociedades latino americanas e, por conseguinte a Brasileira, uma vez que suas causas estão diretamente relacionadas com a pobreza e à desigualdade social. Contudo, este mesmo documento afirma:

Atribui-se a educação uma função preventiva e uma função paliativa da exclusão social. No primeiro caso, se propõe uma educação de qualidade para todos, que inclua uma exigência paralela de equidade, com escolarização completa e atenção especial às crianças em situação de risco (sistema de abandono ou defasagem de idade/série). Isso evitaria a reprodução do ciclo da exclusão, no qual a criança pobre, sem escolarização de qualidade, está excluída da economia formal, que faz com que ela tenha poucas chances de superar a sua situação na constituição de sua família, e isto, reproduz o ciclo que a exclui (do acesso à renda, aos serviços públicos). Ainda, ao ser empurrado para a não integração, a criança pobre pode se integrar à delinquência, reforçando o processo de exclusão, e assim por diante.

2.3 As políticas públicas e suas limitações

É fundamental termos uma visão mesmo que de forma sucinta como evoluiu o processo de desenvolvimento das políticas públicas, para entendermos melhor como ela foi se constituindo ao longo dos anos, e assim refletirmos sobre seus impactos nos dias atuais. Antes, necessário se faz conceituar o que vem a ser políticas públicas. Não que isso reflita

todo o desvelamento da palavra, mas nos dará uma compreensão mais significativa, dito isso, para Chrispino (2005, p.1), as Políticas Públicas significam uma “intencionalidade de ação de governo que visa atender a necessidade da coletividade e a concretização de direitos estabelecidos”, ou seja, as políticas públicas são um conjunto de ações, metas e planos que o Estado (governo) planeja visando alcançar o bem-estar da sociedade, mas sempre em direção ao interesse público.

As políticas públicas suscitaram já no governo Vargas, mesmo na instauração do Estado Novo em 1933, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, ambos precursores do INSS, a criação também do salário mínimo, implantação da jornada de trabalho de 8 (oito) horas, entre outras. Não que essas medidas a princípio tinham um cunho universalista, a exemplo da jornada de trabalho, que foi estendida apenas no primeiro momento aos comerciários e industriários, como também no que tange às férias remuneradas, concedidas a priori aos bancários e industriários.

Muitos advogam que o principal objetivo do Estado era a segurança pública e a defesa externa contra possíveis ataques do inimigo. Vivia-se sobre forte influência do governo militar, porque seus ideais se convergiam com a concepção liberal, onde prevalecia a não intervenção do Estado e conseqüentemente abertura ao mercado internacional. No entanto, não podemos ser taxativo quanto à concepção adotado pelos militares, uma vez que foi no governo militar Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) que ocorreu o chamado “milagre econômico”, não esqueçamos também no campo social, com a criação do Plano de Integração Social (PIS) e ampliação de unidades federais superiores. Um dos grandes projetos realizados nesse período ocorreu no governo de Castello Branco (1964-1967), medidas essas que contribuíram para o aumento significativo da arrecadação financeira como: criação do FGTS, PIS, ISS, IPI etc. No governo Geisel (1974-1979), foi construída a Hidrelétrica de Itaipu, bem como a Usina Nuclear de Angra dos Reis.

Vimos que algumas dessas políticas públicas, mesmo sofrendo pouca pressão de alguns segmentos da sociedade foram implementadas, outras, no entanto, entraram em vigor em decorrência de ações de pequenos grupos, porém, revestidos com ampla força política.

Percebe-se que as políticas públicas nada mais é que uma intervenção do estado a uma situação que a sociedade tem como problema, essa intervenção surgiu em virtude de uma nova relação entre a sociedade e o Estado. As políticas públicas são frutos da democratização da sociedade contemporânea, elas, digamos assim, floresceu com a vinda da Constituição Federal de 1988, onde os cidadãos, movimentos sociais, instituições, organizações sociais e organizações não governamentais passaram a atuar de forma mais efetiva.

A Carta Magna de 1988 define as competências de atuação de todos os entes que integram a federação. O seu artigo 23 (vinte e três) atribui a todos (a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios) as seguintes competências:

- V. proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
- X. combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; (JUNIOR. 2004,p.211).

É verdade que existem outros incisos que compõem o referido artigo, porém, os incisos apontados, devem-se ao fato de ter uma grande aderência à temática escolhida, pois ambos fazem parte de atividades desenvolvidas pela ferramenta (Cidade do Saber).

Pelos estudos desenvolvidos recentemente concernentes às políticas públicas, bem como o mencionado nos incisos anteriores, percebe-se que eles direcionam-se para uma descentralização desses serviços, como maneira de torná-los mais eficientes e eficazes. Dito de outra maneira, o que o legislador aponta é que as políticas públicas não devem ser apenas realizadas pela União, mais sim, pelo ente federativo que se encontrar mais aderente ao cidadão, nesse caso, o município. O governo da União estabelece os princípios e diretrizes que deverão ser acompanhados pelos municípios, no entanto, aos últimos cabe a responsabilidade de coloca-los em prática, respeitando é claro, suas particularidades.

Mas como implementar políticas públicas municipais com essa nova redefinição fiscal a qual foram submetidos os municípios? Ou seja, um grande número de municípios depende de repasses dos governos estadual e federal. A maior fatia dos recursos arrecadados no país, cerca de 70% da receita dos tributos é destinada à União. Nos estados concentram-se em

média 25% da receita tributária, cabendo aos (5.570) municípios, IBGE (2015), repartir os 5% restantes da receita tributária. Embora se tenha conhecimento que esse valor não corresponde à realidade de muitos municípios, não se pode esquecer, que esses também foram contemplados mais uma vez pela Carta Magna,

[...] o grande reforço dado pela Constituição de 1988 ao município foi atribuir-lhe um volume de recursos financeiros mais expressivo por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e no caso dos Estados-membros, por meio da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) (SALLES. 2010. p.21).

Deve-se considerar algumas peculiaridades entre os municípios como suas dimensões territoriais, altas disparidades, além das desigualdades socioeconômicas tão comum na nossa sociedade. No entanto, esses recursos não são suficientes para atender às demandas dos municípios, principalmente no que se refere à política social, grande parte desses recursos são destinados a gastos com pessoal e manutenção precária da oferta de serviços à população.

Diante desse cenário, como efetivamente o município pode ser indutor e gestor de políticas públicas, auxiliando com a descentralização preconizada pela legislação? Uma das alternativas é a revisão dos repasses entre os entes, aumentando o percentual para os municípios, outra, é o aumento da arrecadação através das atividades econômicas locais, incentivando o empreendedorismo, além da política de atração de empresas, oferecendo-as benefícios fiscais. Mas essa última tem se tornado uma prática perigosa se for utilizada como contrapartida social porque, “(...) o tempo revelou (...) alguns efeitos perversos da descentralização, como o hobbesianismo municipal, expresso entre outras coisas, na disputa das localidades por incentivos fiscais e isenções tributárias”. (SALLES. 2010.p.19).

A autora denota uma prática muito difundida nos últimos tempos, quando as empresas são atraídas pelos benefícios fiscais durante um determinado período instalando-se ali, quando expira esse prazo, essas empresas abandonam a região, retraindo a economia e causando desemprego, usufruindo apenas dos benefícios que lhe foram concedidos, alegando dificuldade de continuidade, falência, dentre outros fatores.

Como foi visto nos capítulos anteriores, o município de Camaçari goza de uma boa saúde financeira, configurando-se no segundo maior PIB (Produto Interno Bruto) do Estado, o quinto maior da região Nordeste e o trigésimo quarto maior do país (IBGE, 2015). Esses registros tornaram-se mais efusivos após chegada ao poder dos governos pós-liberais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), como presidente da República e Luiz Carlos Caetano (2005 a 2012), como prefeito de Camaçari, ambos candidatos do PT (Partido dos Trabalhadores).

Ora, saímos de 21(vinte e um) anos de ditadura militar, com mais 12 (doze) anos de governos neoliberais, foi necessário ocorrer uma mudança, até porque uma democracia só se concretiza com alternância de poder. Essa mudança mostrou que é possível o Estado ser indutor de crescimento econômico aliado a uma política pública, principalmente à política social. Os governos neoliberais se caracterizaram por romperem com as concepções das décadas passadas. Para Sader (2013), os governos pós-liberais deram respostas contrárias às tendências oriundas do imenso centro do capitalismo espalhado pelo mundo.

Dentro desse contexto é que foi construída a ferramenta da Cidade do Saber, um equipamento público, que tem como objetivo “de promover e fomentar o desenvolvimento social, através da inclusão, promoção da cidadania e de qualidade de vida”. (CIDADE DO SABER, 2015).

Antes de indagar se a ferramenta Cidade do Saber é capaz de promover a inclusão através de suas atividades, se faz necessário, esclarecer novamente, o que vem a ser o conceito de inclusão, pois essa deve ser concebida de maneira ampla, não podendo haver limitações associadas, como por exemplo à pobreza, a alguma carência de qualquer espécie, todos devem fazer parte. Assim, de acordo com (BENEDITO; MENEZES, p.67. 2013), “Inclusão social vem abranger qualquer ação que busque incluir aquele que foi marginalizado ou possui dificuldades de participar normalmente das questões sociais da vida cotidiana”. Portanto, qualquer política quem venha a ser focalizada distancia-se da universalização, quando se atribui programas focalizados, principalmente nos mais pobres, deixa-se de lado, outras parcelas consideradas da população que necessitam também participar dessa interação social, estreitando os laços de solidariedade, bem como elevando sua autoestima. Então, uma política pública que classifica seus programas a partir do estereótipo de pobreza torna-se

contraditório, porque aqueles que se encontram um pouco acima desse padrão acabam sendo marginalizados. Sabe-se que esses que se encontram sobre esse estereótipo em algum momento pode voltar a fazer parte do grupo anterior, haja vista que qualquer adversidade alheia como o desemprego, aumento da família etc., pode facilmente forçá-lo ao nível anterior.

Diante disso, entende-se que a política pública não deve ser implementada através do critério de pobreza, mas sim estendida a todos como cidadão.

Necessário não olvidar, a relevância da construção do equipamento Cidade do Saber no que tange as políticas públicas e a inclusão social, para a comunidade de Camaçari. Como lembra o ex-prefeito Luiz Carlos Caetano:

No que pese seu papel de executora de políticas públicas, a Cidade do Saber cumpre função fundamental de instituição inclusiva por vocação e estratégia finalística. Daí a gratuidade dos seus serviços, daí suas práticas e métodos, baseados na pedagogia de inclusão. A construção de uma metodologia própria e auxiliar aos métodos conteudistas, sob medida para sua escala e dimensões, tem sido um desafio permanentemente superado. Casa de cidadania e inclusão social, a Cidade do Saber é, pois, muito mais do que uma escola de educação não formal, de arte-educação ou educação pelo esporte. E é isso que fez que faz a diferença. Não basta ensinar, muitos fazem isso. Não basta ocupar, lúdica ou produtivamente, o tempo ocioso de jovens e crianças, muitos também, assim, o fazem. É preciso ir além! Ao tempo em que educa, a Cidade do Saber acolhe, escuta, reconstrói e constrói novos laços afetivos e familiares. (CIDADE DO SABER. 2013. p.8)

Linha de pensamento ratificada pela Diretora Geral da Cidade do Saber, Ana Lúcia Silveira:

Anualmente, temos conquistado vários prêmios de responsabilidade social e até prêmios fora do Brasil, o que vem somar ao trabalho de total dedicação que a gente faz. No entanto, nossa maior conquista é, sem dúvida, a aceitação popular e a consolidação de um projeto verdadeiramente transformador e voltado para a inclusão social com arte, educação, esporte e lazer. Essa é a proposta maior da nossa cidade, que conta com uma equipe totalmente comprometida e coesa em torno da proposta e começa a entrar numa fase mais madura. (CIDADE DO SABER. 2013. p.9)

Vale salientar a importância dada à temática, também pelo atual prefeito Ademar Delgado das Chagas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Cidade do Saber (2013-2016):

As políticas públicas municipais dirigidas à promoção e prática do esporte e das artes, em suas diversas linguagens, são hoje, ações governamentais estratégicas na formação do cidadão e no combate ao ócio de crianças e adolescentes. A questão, é que raramente, diante das imensas necessidades e carências da população, essas ações ganham status de prioridade governamental e quando isso ocorre, amiúde, não se consegue uma ação coordenada entre órgãos diferentes, responsáveis por tais políticas públicas. Em Camaçari, nas gestões consagradas do último prefeito, Luiz Carlos Caetano, buscou-se resolver o problema, de forma criativa e revolucionária, e o resultado é hoje, paradigmático, se constituindo em referência regional e até nacional; um case reconhecido de sucesso, no âmbito da administração pública municipal do país. Ao criar e implantar em 2007 a Cidade do Saber, um equipamento público que reunia um conjunto de atividades e instalações integradas para a inclusão social pela prática regular do esporte, lazer e artes, o ex-prefeito Luiz Caetano, a que orgulhosamente sucedemos, alçou essas políticas públicas à condição, tão desejada, mas raramente atingida, de prioridade governamental.

Poucos municípios no Brasil possuem um magnífico complexo integrado de educação, cultura, esporte e lazer. Por conseguinte, se torna importante ressaltar, também a continuidade dos serviços prestados à comunidade, pois uma das características da política pública é a não interrupção dos programas. Outra medida que merece destaque é o fato de não cobrar taxa de inscrição, tampouco mensalidades aos beneficiários e, por fim, oferecer manutenção permanente da sua infraestrutura, zelando pelo bem público.

Mas todas essas características por si só, não são suficientes para revestir o equipamento Cidade do Saber como promotora de inclusão social. Isso porque, para que haja inclusão social, é necessário que não ocorra exclusão, principalmente a econômica. Não basta disponibilizar cursos, esportes e lazer, se estas pessoas não dispõem de recursos materiais para usufruí-los. Sabe-se do enorme potencial de arrecadação do município de Camaçari, como também é visível a acentuada desigualdade social presente.

Muitos camaçarienses se inscrevem nos cursos, esportes, ou em qualquer atividade, todavia, não possuem recursos financeiros para adquirirem os materiais como: kimono para a prática do karatê e judô; prancha e touca para natação; vestimenta e sapatilha para o balé e o vestuário da ginástica rítmica Isso falando em materiais, porque existe o grupo e não é pouco,

daqueles que não tem sequer o valor da passagem para o deslocamento de casa para a Cidade do Saber e vice-versa. Também não se pode esquecer os que não fazem uma alimentação regular, ocorrendo, por conseguinte uma ausência de estímulo e conseqüentemente a desistência.

Diante dessas vicissitudes, fica claro que a exclusão econômica é um fator impediante de inclusão social. A exclusão econômica consiste no afastamento do indivíduo dos centros de produção e de consumo. A sua autoestima é reduzida, sua imagem depreciada, suas relações inconstantes e sua interação familiar desestabilizada. Sem emprego, inexistente proteção social, a exclusão econômica dilacera o indivíduo.

Portanto, a inclusão social deve abarcar todas as demais inclusões tais como a educacional, a religiosa, a política e, principalmente a econômica.

Faz-se necessário rever a política pública implementada pela Cidade do Saber, uma vez que, atuando dessa maneira, ela acaba imprimindo a exclusão, porque deixa pessoas de fora, à margem, sem possibilidade de participação, seja na vida social com um todo, seja em alguns de seus aspectos. Isso porque, inclusão nada mais é que trazer o indivíduo que é excluído socialmente por distintos motivos, para uma sociedade que participe, que interaja em todos os aspectos e dimensão da vida. Por isso, defende-se uma política pública que seja capaz de atingir o indivíduo em toda sua totalidade, dando-lhe o subsídio necessário para sua verdadeira inserção.

A vista das situações apresentadas, sugere-se algumas ações a serem adotadas visando minimizar as distorções impostas pela presente política pública, tais como:

- Fornecer aos usuários gratuitamente, materiais necessários ao desenvolvimento das atividades propostas pela Cidade do Saber;
- Subsidiar os beneficiários dos programas/atividades auxílio alimentação como forma minimizar os déficits alimentares;
- Implementar um modal de transporte a fim de facilitar o deslocamento dos sujeitos beneficiados da Residência/Cidade do Saber e Cidade do Saber/Residência;

- Cadastrar e intermediar junto às empresas parceiras da Cidade do Saber e Instituto Professor Raimundo Pinheiro, pais e/ou responsáveis pelas crianças e adolescentes beneficiadas pelos programas, com o intuito de afastá-lo da condição de desemprego ou subemprego;
- Cadastrar todos os serviços prestados nas suas diversas áreas (educação, cultura e esporte), juntamente com os nomes das crianças, adolescentes e adultos atendidos, para possibilitar a inserção de novos beneficiários, através da prospecção in loco nos bairros periféricos não atendidos pelo programa, abarcando assim, cada vez mais, um maior número de beneficiados.

Sabe-se que essas ações por si só não serão capazes de revolucionar os programas da Cidade do Saber, todavia, contribuirá sobremaneira para a elevação da autoestima, a sensação de pertencimento, assim como o resgate da cidadania de todos os sujeitos beneficiados.

3 METODOLOGIA

Esta foi uma pesquisa do tipo exploratória para proporcionar maior familiaridade com o problema proposto e em relação aos procedimentos técnicos, por levantamento e bibliográfica, a qual é feita através de uma revisão sistemática de literatura.

A pesquisa bibliográfica segundo Lakatos e Marconi (2001, p.43-44):

[...] trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita (documentos eletrônicos). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

Foram selecionados artigos publicados, que abordaram a temática sobre o papel das Organizações Sociais como instrumento de inclusão e desenvolvimento social, os quais

continham os seguintes descritores: Políticas Públicas, Organização Social, Inclusão Social e Exclusão Social.

Para a seleção dos livros foi verificado e analisado o título e o sumário dos mesmos, que abordaram o assunto em questão.

Após a seleção do material coletado, foi realizada a compilação e iniciada as leituras dos textos e livros. Na leitura foi abordado todo o conteúdo, analisando e interpretando de acordo com o tema escolhido e o final, culminou com uma leitura reflexiva sobre o tema, que ajudou a construir comentários e novas ideias por parte dos autores.

Após as leituras de todo o material selecionado, analisado e interpretado, foi construída a redação propriamente dita, utilizando fichas dos tipos citações, resumo, ideias e referências e construindo resumos em caderno espiral, os quais foram elaborados durante a análise e interpretação dos textos.

4 CONCLUSÃO

O contrato de gestão firmado entre o programa social Cidade do Saber e a Organização Social Professor Raimundo Pinheiro, constituiu o objeto desse estudo.

Não se pode omitir a relevância da construção desse equipamento para o município de Camaçari. A comunidade local há tempos ansiava por um centro de referência que fosse capaz de absorvê-los, bem como de dar possibilidades de promover uma maior integração.

Desde sua emancipação, o município de Camaçari vem cambaleando com a ausência de políticas públicas dirigidas à promoção da cidadania. Sabe-se que ao longo dos anos, as

medidas impostas foram as de cunho neoliberais ou simpatizantes, essas, é sabido não priorizam como mote principal, políticas de natureza social, mas sim ajustes fiscais.

Necessita-se minimizar as marcas das desigualdades presentes no município, como também reduzir as consequências avassaladoras da sociedade moderna e excludente provocadas por políticas contrárias à emancipação. É preciso implementar políticas extensivas, ou seja, políticas capazes de preencher os espaços opacos deixados pela política neoliberal, dito de outra forma, é necessário atender o indivíduo em sua totalidade, estendendo a esse, melhor desenvolvimento, assim como bem-estar social.

Nesse contexto, percebe-se que a política pública utilizada pelo equipamento Cidade do Saber, não pode ser considerada como um equipamento destinado à inclusão social, pois carece das implementações necessárias, propostas no corpo deste trabalho, para a melhoria, no que concerne a sua amplitude. Os discursos proferidos pelo ex-prefeito e deputado federal Luiz Carlos Caetano, pela Diretora Geral da Cidade do Saber Ana Lúcia Silveira e do prefeito Ademar Delgado, embora corroborem esse propósito, carece de uma análise mais atenta dos observadores em relação a este viés. Esses discursos ganham força e acabam sendo reproduzidos pelo fato de serem revestidos de autoridade, como se não pudessem ser relativizados. Observa-se que existe certa dicotomia entre os discursos pronunciados (planejamento) e a execução das atividades realizadas na Cidade do Saber. Propõe-se uma reflexão e reavaliação dessas ações, haja vista que elas têm-se mostrado moderadamente eficientes quando são aplicadas de forma fragmentadas. Nessa perspectiva, urge a criação de alternativas com o intuito de promover a amplitude da inclusão social. Isso porque, atuando dessa forma, o gestor público além de fomentar a inclusão social dos atores participantes, propiciará consequentemente melhoria dos seus indicadores sociais.

Atualmente, é inevitável se pensar em inclusão social sem que o indivíduo esteja inserido no plano econômico, esse deve ser atendido em suas necessidades básicas, essenciais à manutenção da vida, para que depois ele consiga se inserir nos demais contextos sociais. A inclusão social é um componente essencial para o desenvolvimento do município, pois esse é constituído de indivíduos que fazem parte do organismo social e uma sinergia deve existir entre cidadão e cidade.

Assim, diante das observações apontadas, faz-se necessário desconstruir e posteriormente reconstruir o debate sobre a inclusão social praticada na Cidade do Saber, com a participação de outros atores sociais, a fim de contribuir para o desenvolvimento social e humano do município.

Esse trabalho não tem a pretensão de ser um instrumento isento de indagações, proposições e debates. Mas tem como principal escopo, contribuir para o enriquecimento do debate sobre inclusão social no município de Camaçari, apontando que existem outros caminhos e alternativas.

Por fim, salienta-se a necessidade de delinear outras sugestões para trabalhos vindouros no que tange ao tema estudado, pois trabalhos assim tem se mostrado relevante para o desenvolvimento local, além é claro de possuírem características de pesquisas autônomas, desprovidas de natureza política e/ou ideológica.

REFERÊNCIAS

BENEDITO, A.; MENEZES, D. F. N. **Políticas públicas de inclusão social: o papel das empresas.** Disponível em: <http://www/ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16_1_benedito.pdf>. Acesso em: 30 de set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza. – **Diagnóstico Socioterritorial.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=355>. Acesso em: 11 de out. 2015.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 25 de out. 2015.

CASTEL, R. **Exclusion ou désaffiliation dans la nouvelle économie.** In: MOATI, P. (Ed). *Nouvelle économie, nouvelles exclusions?* Paris: Ed. de l'Aube, 2003.

CHRISPINO, Álvaro. **Binóculo ou luneta: os conceitos de políticas públicas e ideologia e seus impactos na educação.** Porto Alegre: Revista da ANPAE, v.21, n.½, jan./dez. 2005.

FAGNONI, Eduardo. Texto para discussão. **Notas sobre o desenvolvimento social recente no Brasil.** nº 198, nov. 2011.

INEP – **Censo Escolar 2012.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 28 de ago. 2015.

INSTITUTO PROFESSOR RAIMUNDO PINHEIRO. Disponível em: <<http://www.cidadedosaber.org.br>>. Acesso em: 10 de ago. 2015.

JUNIOR, Gabriel Denzen. **Curso completo de direito constitucional.** Vol. I 6ª. Ed – Brasília: Vestcon, 2004.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2011.

PMC - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. **Cidade do Saber: cidade da transformação.** Camaçari (BA): Santa Marta, 2013.

PMC - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. Disponível em: <<http://www.camacari.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 de set. de 2015.

PMC - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. **Relatório do diagnóstico da situação da criança e do adolescente em Camaçari-BA.** Salvador (BA): Santa Marta, 2010.

POPAY, J.; ESCOREL, S.; HERNANDEZ, M.; JOHNSTON, H.; MATHIESON, J.; RISPEL, L. **Understanding and Tackling Social Exclusion**. Final Report. to the WHO Commission on Social Determinants of Health from the Social Exclusion Knowledge Network, 2008.

REIS, E. P.; SCHWARTZMAN, S. **Pobreza e exclusão social**: Aspectos sócios políticos. Rio de Janeiro, 2002.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2010.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

XIBERRAS, Martine. **As Teorias da Exclusão. Epistemologia e Sociedade**. Lisboa: Instituto PIAGET, 1993.

ZIONI, F. **Exclusão Social: noção ou conceito? Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 24, set-dez, 2006.

XIII CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN, Tarija, Bolivia. **La educación como factor de inclusión social**. Tarija, Bolivia: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura – OEI, 2003.